

15 MAIO 2019

PROTOCOLO  
Nº

PROJETO DE LEI Nº 09/2019

Vereador Armando Perazzelli (PV)

OBJETO DELIBERAÇÃO

As Comissões de

Justiça Redonda  
Finanças Orçamento

SALA SESSÕES

20 / 05 / 2019

PRESIDENTE

Dispõe sobre a aplicação de multa ao cidadão que for flagrado jogando lixo ou entulho nos logradouros públicos.

Art. 1º Fica proibido a qualquer cidadão jogar lixo ou entulho nos logradouros e espaços públicos, mananciais e afluentes, nos limites do Município de Bariri, sob pena de aplicação de multa nos termos previstos nesta Lei.

I – lixo é tudo o que não tem serventia e se joga fora, coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor, recicláveis ou não, independentemente de suas dimensões.

II – entende-se também por lixo os resíduos que resultam de atividades domésticas, industriais ou comerciais.

III – ainda, entende-se por lixo os dejetos de animais, que passam a ser de responsabilidade de seus proprietários ou de seus acompanhantes.

IV – entulho é o conjunto de fragmentos ou restos provenientes de construção civil, reforma e/ou demolição de estruturas.

Art. 2º As penalidades previstas nesta Lei serão estabelecidas por meio de auto de infração lavrado contra o infrator, contendo as seguintes informações:

I- local, data e hora da lavratura;

II- qualificação civil do autor e, se possível sua assinatura, no auto de infração;

III- a descrição dos fatos constitutivos da infração;

IV- o dispositivo legal infringido;

V- a identificação do agente público atuante, número credencial ou matrícula, assinatura e cargo ou função;

Câmara Municipal  
de Bariri

15 MAIO 2019

PROTOCOLO  
Nº 250



Art. 3º O agente público responsável pela autuação poderá solicitar a presença de força policial sempre que necessário no local dos fatos.

Art. 4º A multa referente à infração desta lei será equivalente a 5 (cinco) UFESPs para cada infração cometida, dobrando seu valor a cada reincidência.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal designar órgão de seu poder competente para a fiscalização e a execução desta norma.

Art. 6º No caso da infração contida no artigo 1º ser praticada por meio de lançamento de lixo de veículo automotor, o agente responsável pela autuação lançará a multa para aquele veículo, anotando-se seus dados para a entrega da notificação.

Art. 7º Os casos omissos nesta lei obedecerão ao disposto em normas estaduais ou federais.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICATIVA

Essa norma legal atende aos anseios dos cidadãos preocupados com o bem-estar coletivo e vai ao encontro de um dos maiores problemas do planeta, que é a conscientização quanto ao uso correto das lixeiras e locais adequados para descarte de lixo. Visa, ainda, a combater a proliferação de doenças transmissíveis, como a dengue, que tanto tem afligido a população de nossa região, inclusive com casos fatais.

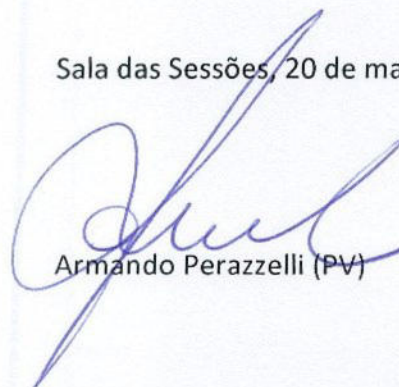
Atualmente, o lixo doméstico e descartável é o maior desafio dos países conscientes da responsabilidade ambiental e passa pela colaboração de sua população, assim como pela conscientização das gerações futuras para um "mundo melhor" para todos.

Infelizmente, mesmo sendo uma norma constitucional (Art. 225), a educação ambiental como dever do Estado (União, estados e Municípios) muito pouco se vê, ou se nota, dessa educação, o tema apesar de discutido nas escolas em grau maior que no passado recente, ainda carece de práticas efetivas em detrimento de ações verbais por parte de todos nós.

A norma aqui posta contempla e pormenoriza a responsabilidade e as formas de sua aplicação, não restando dúvidas sobre sua efetiva atenção aos preceitos legais e constitucionais.

Por essas e outras inúmeras razões, rogo aos meus pares que me sigam na aprovação dessa norma para que possamos exercer nossa maior função frente à sociedade: fazer leis, analisar a sua eficácia e fiscalizar a sua efetividade.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Armando Perazzelli', is written over the printed name.

Armando Perazzelli (PV)